

181
1996

Posseiros invadem reserva em Mirandela

"Atenção kiriris. Está parecendo que amanhã (hoje) teremos um Dia de Índio bastante divertido. Os brancos estão voltando a Mirandela. Já invadiram a fazenda que foi de Edval Calazans e ameaçam vir para cá. Ninguém deve ir para as roças. Todos devem permanecer aqui". Era pouco antes do meio-dia quando o índio José Paulo falou para a tribo através de um serviço de alto-falante sobre o prenúncio de novos problemas. Ele acabava de ser informado que mais de 100 ex-moradores de Mirandela desembarcaram de carros e caminhões procedentes de Banzaê e Ribeira do Pombal, ocuparam terras e se instalaram numa casa situada em área de reserva, a menos de um quilômetro do povoado, garantindo que só sairão quando o governo pagar as indenizações deles e passar as terras do reassentamento, como prometeu desde agosto do ano passado, quando entregaram suas propriedades aos kiriris.

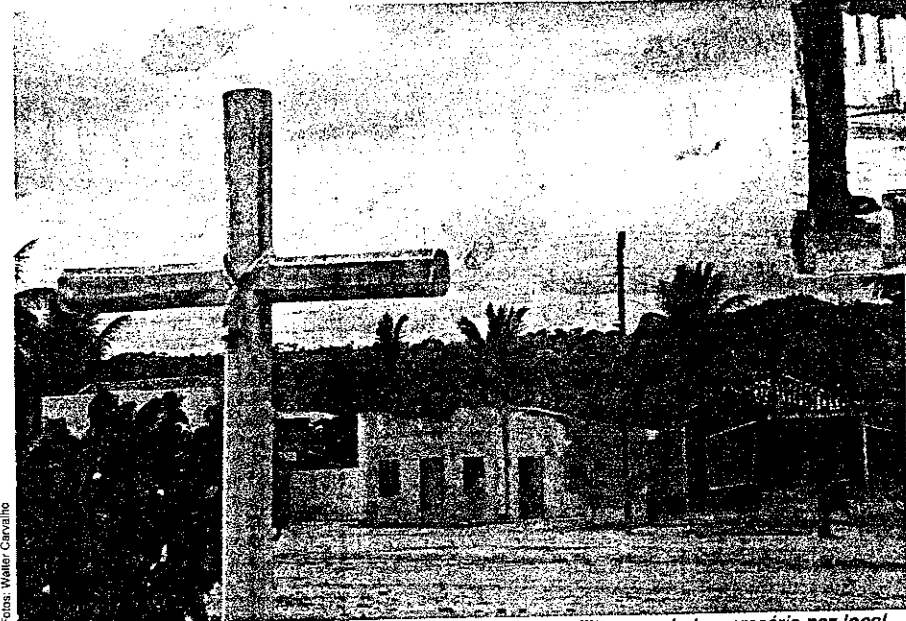
O cacique Lázaro e os três conselheiros da tribo não estavam no momento. Tinham ido à sede da Funai em Paulo Afonso, mas os índios prometiam resistir a qualquer tentativa de ocupação, "Aqui eles não entram", avisaram. Os posseiros demonstravam disposição de não arrender o pé: "Ou o governo decide a questão ou vamos marchar para Mirandela", garantiram. A casa-sede da antiga fazenda do ex-prefeito de Pombal, Edval Calazans, estava trançada e já sob domínio dos índios, "mas os posseiros abriram as portas

e garantiram que vão ficar lá. "Está chegando o Inverno, é hora de plantar. Há mais de um ano que não plantamos nada por causa dessa confusão, não pagaram nossas indenizações e não podemos ficar à mercê da sorte. Muitos estão passando dificuldades. Eu mesmo só não fiquei na pior porque me restaram algumas cabeças de gado, mas o dinheiro está acabando", afirmou José Souza Dantas, 62 anos, que tinha uma casa e uma roça e direito à indenização de R\$17 mil, "uma ninharia de dinheiro", mas que até agora não recebeu um único centavo.

Os kiriris estavam se preparando para comemorar o Dia do Índio, trajados a rigor, para culminar a festa celebrando o teré, ritual xamanístico de incorporação que vai até a madrugada, quando receberam a notícia da ocupação. Antontem, o cacique Lázaro dizia que os cerca de mil índios que agora moram nas 180 casas de Mirandela estão prejudicados porque não podem ir para as roças plantar ante a ameaça de invasão. "Nós queremos que o governo resolva o problema dos posseiros. Eles também vivem da terra e precisam trabalhar, da mesma forma que nós", assegurava.

VISITA AO MINISTRO

No início do ano, uma comissão composta por integrantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), do bispo de Paulo Afonso, D. Mário, da Pastoral da Terra



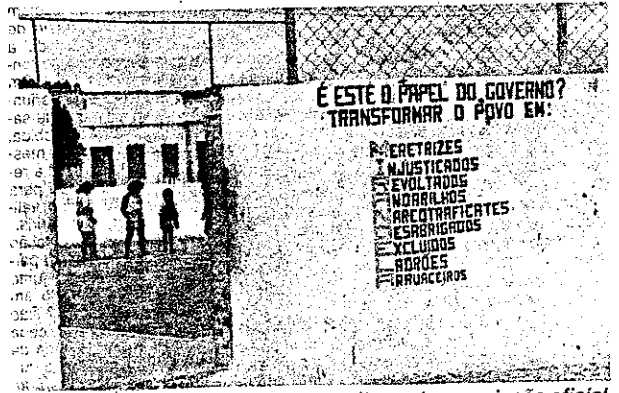
Em Mirandela, nem as crianças escapam à tensão do conflito que abala a precária paz local

e vários sindicalistas, esteve com o ministro da Justiça, Nelson Jobim, pedindo uma solução para o problema. "Eu estava lá. O ministro nos assegurou que se tratava de uma experiência nova e que Mirandela iria servir de modelo para a solução de outros casos, nos garantindo que até 15 de março tudo estaria resolvido, mas até agora, nada", afirmou o posseiro Edivaldo Calazans, filho do antigo proprietário da fazenda, que ontem foi ocupada. "Não estamos mais lutando nem para ficar aqui. Aceitamos sair sob a promessa das indenizações, mas nem isso temos", ressaltou. Ele disse que as avaliações de roças, casas e olarias foram feitas arbitrariamente, e os preços estabelecidos são aviltados, mas mesmo assim o governo não paga.

A possibilidade de novos conflitos é admitida pelos posseiros. "Não é assim que o governo quer?", assinalou Celso Geraldo Dantas, 60 anos, também nascido e criado em Mirandela, lembrando que "ninguém quer briga", mas diante da situação atual estão sendo forçados a tomar esta atitude. "A Funai é fria. Já pedi a eles que mandem por escrito tudo

que quiserem dizer a nós, porque aqui ainda há quem saiba ler e já não acreditamos na palavra deles", frisou. A ideia dos posseiros é escolher as terras e começar a trabalhar imediatamente. Ontem, alguns já haviam se embrenhado pelo mato, a fim de selecionar os lugares que pretendem plantar milho, feijão e mandioca.

O povoado de Mirandela, pertencente a Banzaê, foi desocupado em agosto do ano passado depois dos últimos incidentes envolvendo brancos e índios, quando posto da Funai foi incendiado, o núcleo urbano isolado com arame farpado e assassinado o índio Adão, que era surdo-mudo. O lugar passou a ser habitado apenas pelos índios, que acusam os brancos de terem depredado completamente duas escolas, uma estadual e outra municipal, além de terem carregado a antiga imagem do Senhor da Ascensão, venerada por ambos os lados. "Botaram outra imagem no lugar, mas não é a mesma coisa", disse o índio José Paulo, que toma conta da igreja. (Levi Vasconcelos)



Nas paredes, o testemunho da revolta contra a omissão oficial

Segundo ela, a discussão nestas séries foi iniciada a partir de um texto retirado do livro "Um povo sem rosto", de autoria de Germano Maia e publicado pela Editora Paulinas. "Com a leitura do texto, outras questões foram surgindo, como a questão da aculturação, a influência da cultura indígena na formação da cultura brasileira e até mesmo a assimilação de hábitos alimentares que herdamos dos índios, como os mingaus", explica.

Esta tendência de mudança na forma de comemoração da data também é confirmada pela coordenadora das séries iniciais do 1º grau do Colégio Sophia Costa Pinto, professora Alice Rosa Dantas. Segundo ela, o tema é tratado envolvendo todas as disciplinas e questões como a demarcação das reservas, a invasão das reservas por posseiros, com participação dos próprios alunos para as discussões em sala de aula.

A supervisora de Alfabetização a 2ª série do 1º grau da Escola Tereza de Lisieux, Patrícia Barreto, explica que com os alunos das séries iniciais, a questão é tratada de uma forma mais lúdica, mas mesmo assim o índio é mostrado dentro de um contexto de realidade.

A professora Iraci Fonseca destaca que os debates sobre as questões indígenas também acontecem associados ao tema geral de preservação do meio ambiente. "Os meios de comunicação familiarizam as crianças com questões como a venda do mogno por grupo indígena do Amazonas, a luta dos índios pela demarcação de suas terras e tudo isto é levado de forma espontânea para as discussões em sala sobre a comemoração do Dia do Índio", completa (Suza Machado).

Dia do Índio é festejado

As comemorações do Dia do Índio, realizadas todos os anos como parte do calendário festivo das escolas, estão assumindo um caráter diferente, pelo menos para os alunos das séries mais adiantadas. Agora, além dos aspectos meramente folclóricos, são introduzidas e incentivadas discussões e reflexões sobre as questões indígenas atuais, como a demarcação das reservas e o respeito pelos seus valores culturais.

A situação dos índios na Bahia e no restante do Brasil não pode mais ser escondida e a escola tem que refletir sobre a realidade, sustenta a professora Iraci Fonseca, supervisora das classes de 3ª e 4ª séries da Escola Tereza de Lisieux. "Este ano tivemos uma preocupação em dar mais ênfase às questões envolvidas com as tribos indígenas da Bahia", ressaltou.

VIDE-VERSO

Tribos lutam contra a extinção

Os povos indígenas que habitam o território baiano enfrentam problemas com características diversas e não há uma só nação que possa dizer que tem a situação completamente resolvida, embora, segundo a Associação Nacional de Apoio ao Índio, seção Bahia (Anai-BA), o caso mais grave seja o dos Pataxós HãHãHã, que moram nas terras Paraguaçu-Caramuru, numa área de 54 mil hectares, englobando os municípios de Pau Brasil, Camacã e Itaju do Colônia. A área, propícia para o cacau e para a pecuária, é fértil, bastante disputada e os conflitos fazem pelo menos uma vítima por ano.

Os Pataxós que habitam Coroa Vermelha, Barra Velha, Aguas Belas, Imbiriba, Mata Medonha, Trevo do Parque e Corumbauzinho, em Prado; Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália e Itamaraju, também no sul da Bahia, são uma das nações mais populosas, com 2.560 habitantes, mas também uma das mais dispersas. Neste caso, a diáspora foi provocada pela criação do Parque Nacional de Monte Pascoal, que praticamente tomou a quase totalidade das terras, deixando apenas pouco mais de mil hectares. A Bahia tem a segunda maior população indígena do Nordeste, com 10.947 índios espalhados por 17 áreas, só superada por Pernambuco, que tem 25.775 índios em oito áreas. A seguir, veja a síntese da situação das principais nações indígenas na Bahia.

Aricobé (Angical) — A missão é a única que existiu no cerrado do Oeste da Bahia. Os Aricobé vivem no povoado de Missão de Aricobé e praticam cultura de subsistência, à exceção do alho, que é comercializado. Suas terras sequer foram reconhecidas, embora eles morem na área desde 1739.

Pankararé (Glória, Paulo Afonso e Rodelas) — O grosso dos problemas na Reserva de Parakará e Brejo do Burgo, com mais de 56 mil hectares, ocorre por conta da disputa pela água com os brancos, embora o problema esteja quase solucionado. A questão é que a reserva pega boa parte do Raso da Catarina, um dos locais mais áridos do Brasil, e o Brejo do Burgo, como o nome sugere, é alagadiço. A solução está sendo encaminhada no sentido de cada parte usar um pedaço. Lá moram 1.500 índios.

Pankararu (Serra do Ramalho) — É uma única e extensa família de 60 habitantes da terra indígena de Vargem Alegre. O patriarca Apolônio se estabeleceu na área na década de 50. Não há escolas na aldeia e os índios se queixam do isolamento, o que dificulta a comercialização dos seus produtos agrícolas. A migração é grande, principalmente no período das chuvas, e a continuidade sócio-cultural deste povo corre risco.

Pataxó (Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Prado e Itamaraju) —

O aldeamento da área data de 1861, e como já foi dito os índios Pataxós vivem espalhados, já que o Parque Nacional Monte Pascoal levou boa parte das suas terras. O território deles não é definido. O artesanato em madeira tem grande repercussão na economia, principalmente nos núcleos de Coroa Vermelha e Trevo do Parque.

Pataxó HãHãHã (Camacã, Pau Brasil e Itaju do Colônia) — A maior parte da população de 1.800 índios vive nos limites da Reserva Paraguaçu-Caramuru, que tem 54 mil hectares e encontra-se sub judice, aguardando decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Cercados por fazendeiros que lhes são bastante hostis, os HãHãHã vivem limitados numa exigua porção de terra. A situação deles é das piores. Segundo a Anai-BA, os conflitos geram pelo menos uma morte por ano. Uma parte deles (65 índios) vive em 360 hectares em Camamu.

Kaimbé (Euclides da Cunha) — Os 1.270 habitantes desta nação vivem na reserva de Massacará, cujo melhor pedaço, chamado de ilha, está ocupado por fazendeiros. A questão está na Justiça. São índios originários da nação Kariri, que vivem da agricultura de subsistência. A cerâmica, o trançado e a tecelagem são as principais atividades artesanais.

Kantaruré (Glória) — A reserva do mesmo nome tem 1.695 hectares e abriga 244 índios, uma parte no povoado de Batida e outra no de Pedras, três quilômetros adiante em linha reta. O maior problema deles é a terra árida, de solos arenosos e pouco férteis. A pesca no Rio São Francisco é atividade rotineira, da mesma forma que a caça e o extrativismo vegetal.

Kiriri (Banzaé, Quijingue e Muquém) — A reserva Kiriri, com 12.300 hectares, foi homologada em janeiro de 90, mas ainda hoje rende atritos com os posseiros. São 1.800 índios que vivem basicamente do plantio de mandioca, feijão e milho. Uma parcela dos Kiriris mora na localidade de Barra, município de Muquém do São Francisco. São 30 índios em 37,6 hectares.

Tuxá (Nova Rodelas e Ibotirama) — A extensão da área que 850 índios desta nação habitam em Nova Rodelas ainda não está definida. Outros 650 moram em 2.019 hectares em Ibotirama. Eles se dividiram depois de 1980, quando as águas da Barragem de Itaparica inundaram a ilha da Viúva, que ocupavam. Os Tuxás são muito respeitados no campo ritual (Levi Vasconcelos).